

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/74702>

DOI: 10.5902/1679849x74702

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2010 by Universidade Federal de Santa Maria/Programa de Pós-Graduação em Letras.
All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

ESPIANDO A CASA DE VIDRO

Natália Pires Tiso de Melo¹

Resumo: O presente artigo levanta aspectos gerais e as primeiras interpretações acerca da representação da violência no livro *A Casa de Vidro*, de autoria de Ivan Angelo, e suas relações com a violência na sociedade brasileira ao final da década de setenta.

Palavras-chave: história, literatura, violência, teor testemunhal, ditadura militar

Abstract: This article presents general and the first interpretations about representation of violence in *A Casa de Vidro*, written by Ivan Angelo, and their links with violence in Brazilian society of late seventies.

Key-words: history, literature, violence, testimonial content, military dictatorship

Devido ao caráter inicial, serão traçados aqui somente os primeiros passos de uma pesquisa. As pretensões e as indagações que emergem tão logo miramos *A Casa de Vidro*.

Escrita por Ivan Angelo, esta ficção foi publicada em 1979, um ano emblemático se pontuarmos a aprovação da Lei n. 6683 de 28 de agosto – a Lei da Anistia – e o retorno dos exilados ao Brasil. Este, entretanto, é um panorama que só o olhar do presente pode construir retrospectiva e teleologicamente sobre o passado. E justamente por isso é capaz de imputar expectativas em relação às produções artísticas do final da década de setenta.

Na tentativa de (re)construir a história e a memória da ditadura militar a contrapelo, buscamos nas práticas e representações artísticas do período possíveis rastros de resistência e contra-discursos portadores de visões diferentes das deixadas pelos documentos oficiais – aos quais nós brasileiros temos acesso parcial – de onde entoavam as vozes do Estado ditatorial.

Nós – pesquisadores ou cidadãos interessados neste passado que ressoa no presente – almejamos enxergar na literatura brasileira da década de setenta o seu *teor testemunhal*. Tal visão implica perceber, conforme analisa Márcio Seligmann [2006, p. 40-41] duas dimensões desta escrita. Uma primeira

¹ Mestranda em Teoria e História Literária na UNICAMP. E-mail: nati_tiso@yahoo.com.br

possibilidade remete ao sentido *testis*, “terceiro”, aquele que enuncia a fim de contribuir para esclarecer a verdade, típico dos testemunhos jurídicos, e identificável na literatura do período chamada de romance-reportagem. De outro lado, o testemunho também pode remeter ao sentido de *superstes*, referindo-se então à escritura do sobrevivente, onde percebemos todas as contradições e dificuldades deste tipo de narrativa que lida com as dificuldades de relatar um trauma, de organizar em palavras memória e esquecimento.

Para o esforço de (re)construir a História da ditadura militar brasileira a literatura do período pode ser utilizada pelos historiadores como uma de suas fontes. Devido ao simples fato de que, sendo produção humana, ela é passível de ser tratada como documento histórico. Contudo, ao mesmo tempo em que está inevitavelmente atrelada à mentalidade da época em que foi produzida a literatura é arte. É inventividade, flexibilidade, experiência e subjetividade. É justamente neste amálgama que reside todo o encanto deste objeto, mas também a dificuldade e resistência por parte dos historiadores em tomá-lo como objeto de pesquisa.

A literatura torna-se um lugar privilegiado para tratar de um tema específico e de grande interesse aos que investigam os anos sessenta e setenta: a violência. Diante deste fato social concreto e crescente, mas ainda sem respostas filosóficas definitivas para sua origem e causas, o discurso literário, porquanto arte, é capaz de estetizá-lo, de abrir-lhe um meio de expressão, de arriscar-lhe justificativas diversas ou erigir-lhe críticas.

Voltar-se para o teor testemunhal da literatura do período ditatorial é ainda mais importante se levarmos em conta a omissão do discurso do Estado ditatorial em relação à violência. Seligmann-Silva [2007] pontua que

Durante o período da ditadura e posteriormente os militares e civis vinculados à ditadura negaram sistematicamente a existência desta violência. (...) O aparato de violência negava suas ações ao praticá-la em quartéis, delegacias e outros lugares escondidos da vista do público em geral. Ele negava às famílias o direito de informação sobre o paradeiro dos que haviam sido presos (a bem da verdade raptados) por este aparato. Negava também os corpos das vítimas de tortura (que eram ou enterrados em valas comuns clandestinas ou lançados ao mar). E, por fim, o Estado continua negando até hoje a abertura dos arquivos que poderiam possibilitar uma busca da

verdade do que ocorreu e da justiça. É dentro desta cadeia de negações que se insere a Anistia de 1979.

O interesse no debate acerca da construção da memória e da história do Brasil ditatorial levou-me a observar mais atentamente a literatura do final da década de setenta e início dos anos oitenta. Ao levar em consideração o início da distensão, a expectativa era de que as produções literárias ao final daquela década apresentassem críticas, debates ou denúncias mais frequentes ou explícitas da violência do Estado.

A Casa de Vidro foi publicada num ano marcante da abertura “lenta e gradual” para a democracia. Em 1979, houve debates civis e a promulgação da Lei da Anistia. Apesar da conquista, a anistia brasileira ainda está mal resolvida: atualmente alguns setores da sociedade civil, junto à Ordem dos Advogados do Brasil, reivindicam a revisão do texto a fim de que se efetive a justiça – a proposta acaba de ser negada pelo Supremo Tribunal Federal, endossando o perdão, pelos crimes políticos, tanto para opositores do regime quanto para militares.

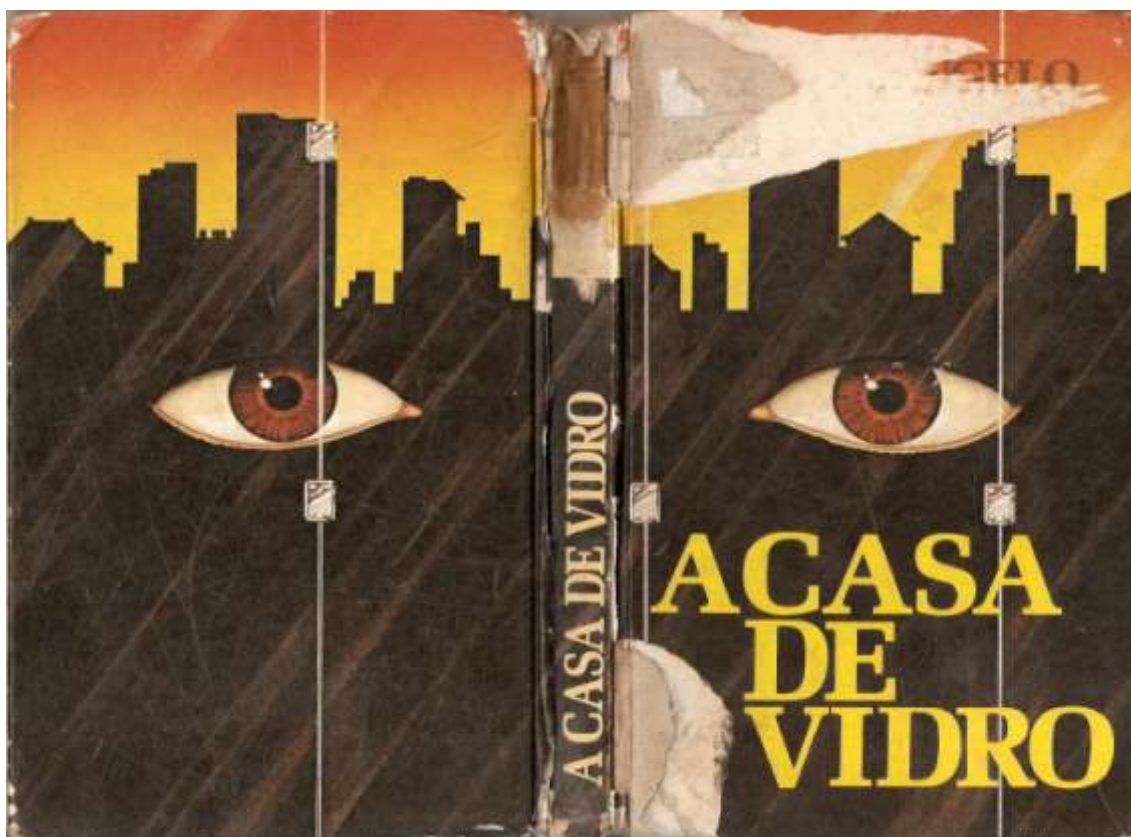


Fig. 1

Diferentemente das – ainda poucas – obras literárias do período ditatorial já pesquisadas, a ficção de Angelo não é um romance-reportagem tampouco um relato autobiográfico e testemunhal. Antes de adentrá-la, apreciemos sua “porta de entrada”.

A capa e contra capa (fig.1) compõem uma só ilustração, de Silvio José Vitorino, elaborada para a 1ª edição na editora Círculo do Livro, em 1979. Sob um céu ao anoitecer delineia-se a silhueta de uma cidade. Em primeiro plano, ao centro e imerso no negro dos prédios, o olho humano atrás de uma parede de vidro. Dando as costas para a paisagem, os enormes olhos dirigem-se a nós: leitores.

O tom grave do conjunto formado por título e iconografia remete a uma cadeia de outros possíveis signos como: intimidação, medo, vigilância, *voyeurisme* e a até célebre referência literária neste campo: o “Big Brother”, personagem orwelliano que tudo vê. Para o leitor de hoje, tal referência não se perde, já que vigilância é também o mote da popular apropriação midiática do “Big Brother” - o reality show, no Brasil transmitido pela Rede Globo de televisão, que tem como mascote um robô-câmera cuja cabeça é, tão somente, um olho.

N’ *A Casa de Vidro* encontramos cinco histórias: “Conquista”, “Sexta para sábado”, “O verdadeiro filho da puta”, “A casa de vidro” e “Achado”. Possuem temas variados: conversa de bar, o trabalho, sexo, sedução, roubo ou assassinatos. Suas formas também variam, não há uma estrutura padrão.

Apesar das diferenças, pode-se assinalar que no geral as narrativas são enxutas, diretas, polifônicas e verossímeis. São sucessões de ações, onde não há necessariamente uma estrutura sólida composta por introdução, descrição de personagens, clímax e desfecho.

Por não se tratar de uma mera coletânea, esforçamo-nos para compreender como, aparentemente desconectadas entre si, as histórias podem compor uma unidade. Ganha relevância o fato de todas as narrativas serem precedidas de uma epígrafe, sendo cada uma destas um trecho de um suposto documento histórico. Todas estas epígrafes paródicas guardam relações com o tema a ser narrado em seguida.

Apesar do contraste entre a linguagem das epígrafes – parodiam o português arcaico – e a das narrativas, há sempre uma continuidade nos temas tratados em ambos os textos. Tal procedimento faz com que o leitor estabeleça uma linearidade entre passado e presente brasileiro. Marca também uma atmosfera historicista e a ânsia em fixar retratos que construam, ficcionalmente, uma história do Brasil. Todas as histórias contidas nesta obra do escritor e jornalista Ivan Angelo cabem no cotidiano urbano brasileiro em épocas distintas.

Entendê-las como reflexos da história do Brasil parece ser a sugestão do subtítulo contido na folha de rosto: *Cinco Histórias do Brasil*. Histórias com “h”, vale ressaltar, já que naquela época ainda vigorava a distinção coloquial entre estória e história, reflexos direto da diferenciação positivista entre a narrativa ficcional, a estória, e a narração do real, do verdadeiro: a história.

Nas tramas ordinárias d’ *A Casa de Vidro* a narração recai sobre as relações interpessoais entre os personagens, o que nos leva a penetrar nos jogos de poder entre eles. Enxergamos, nestes, alguns aspectos coincidentes com as constatações foucaultianas acerca dos poderes nas sociedades modernas. Conforme explica Roberto Machado [FOUCAULT, 2008, p.XIV],

(...) quando em seus estudos Foucault foi levado a distinguir no poder uma situação central e periférica e um nível macro e micro de exercício, o que pretendia era detectar a existência e explicitar as características de relações de poder que se diferenciam do Estado e seus aparelhos (...). O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. (...) Rigorosamente, o poder não existe; existem sim práticas e relações de poder.

Exatamente no nível dos micropoderes situa-se a abordagem literária d’ *A Casa de Vidro*. Além de relacionais e periféricos, os poderes aqui se apresentam de maneira fluida, espalhada, como assinalou Deleuze [1992, p.219-226] ao delinear a sociedade contemporâneas de controle. Os tópicos privilegiados por Ivan Angelo são, portanto, histórias banais do cotidiano urbano, verossímeis a espaços-tempo que extrapolam o contexto em que foram redigidas e as tornam inteligíveis a um leitor atual. Uma das razões disto é o fato de, ao tratar dos poderes, os textos de Angelo abordarem um elemento

que perpassa a teia das relações humanas de maneiras cada vez mais latente: a *violência*.

Ela aparece, em cenas tipicamente urbanas, através de uma narrativa seca e direta. Descrições literárias que, apesar de chocantes, são verossímeis a quem vivencia a realidade das cidades: cada vez maiores e mais violentas. Este impacto parece ter sido ainda maior para quem atravessou a década de setenta. Em dez anos o Brasil sofreu uma reviravolta na concentração populacional. Em 1970, pela primeira vez a população urbana no Brasil excedia a rural com, respectivamente, 52,1 e 41,1 milhões de habitantes. Em dez anos o crescimento urbano é espantoso: em 1980, a população das cidades salta para 80,4 milhões enquanto nas zonas rurais o número caiu para 38,6 milhões de habitantes [IBGE, 2001].

Levando os dados em consideração, é interessante notar como os contos de Angelo são ambientados no espaço urbano e, mais especificamente na periferia. Na representação dos poderes e das violências há variadas formas e atores sociais praticando-as. Há violências oriundas das várias hierarquias, por exemplo: de classe e de profissão, como a sedução da secretária pelo seu patrão [ANGELO 1979, p.30-31]; do Estado sobre sociedade civil, como no penúltimo conto; e de gênero, explicitada no estupro do conto “O verdadeiro filho da puta”. Neste conto, literalmente uma prostituta está à procura de seu verdadeiro filho, mediante a desconfiança de que possa ter havido uma troca na maternidade. Um policial, conhecido seu, retorna após algumas investigações. Ela aguardava-o ansiosa por notícias.

“Ela fechou a porta do quarto:

- Agora conta tudo.

Ele riu, pendurou o paletó, as algemas e o revólver no cabide atrás da porta e disse:

- Apressadinha, tá?

Ela fez uma cara de quem é obrigada a ter paciência.

(...) Abriu o cinto, puxou-o através das passadeiras, brandiu-o, ainda com aquele riso, e lapt!, deu nela uma lambada.

- Ai! Doeu viu?

Ele gritou:

- tira a roupa!

(...)

- que é isso Natan?

(...) Ele tirou as calças e a cueca (...) Riu, fez duas flexões de braço olhando cada um dos bíceps, deu um forte e rápido soco no estomago, testando a musculatura, olhou pra ela e, de pé, ordenou:

- Chupa aqui.

(...)

Ele esperou ficar bem duro e sufocou-a enfiando até a garganta segurando a cabeça dela com força, deixando-a sem ar, segurando os cabelos e as orelhas para puxar se ela ameaçasse morder.

Além da crueza que apunhala o leitor, neste e nos outros contos chama a atenção a polifonia da narrativa. Em se tratando de episódios cotidianos, o autor vocaliza os próprios marginalizados, tornando-os protagonistas e narradores. Quando há uso do narrador em terceira pessoa ele frequentemente mistura-se às personagens por ser onisciente e apresentar uma linguagem coloquial próxima à dos personagens.

Em meio às características que perpassam a obra, como a velocidade, crueza e o desprendimento das narrativas, uma história destoa quanto à sua forma narrativa, mais estruturada mais trabalhada literariamente, e, principalmente, quanto ao seu tema: a violência de Estado.

É o penúltimo conto, “A casa de vidro”, que dará nome ao livro. Aborda-se aí a experiência de um Estado autoritário que decide implantar um novo prédio carcerário com paredes feitas de vidro, de maneira a expor os presos ao público.

Se na realidade em que vivia o escritor e jornalista Ivan Angelo os pilares do Estado autoritário, como a polícia política, a espionagem e a censura, passam a ser cada vez mais ocultados da população por meio do aparato propagandístico e da censura aos jornais [FICO, 2004, p. 265-266], na ficção por ele elaborada o aparelho punitivo é submetido à transparência.

A prisão de vidro espetaculariza a pena, alimentando a curiosidade e o *voyeurisme* popular ao mesmo tempo em que dissemina o medo. Todos estes

são elementos presentes nas punições medievais. No entanto, como uma prisão, a Casa de Vidro exhibe aos passantes apenas a suspensão da liberdade, não ostentando espetáculos sanguinários e cruéis como nos suplícios [FOUCAULT, 1979]. A exibição torna-se, por isso, “monótona” e banal para os cidadãos com o passar do tempo. Não tendo conhecimento das razões das prisões, o sistema consegue aumentar o temor dos que estão fora. De outro lado, eis o grande mote da história, as funções de espiar e controlar são delegadas a toda a população. Esta passa a servir, então, ao princípio básico da disciplinarização no sistema carcerário: a sensação, por parte do preso, de estar sendo constantemente vigiado. E neste ponto a ficção toca num elemento das sociedades de controle na pós-modernidade: a disseminação da vigilância.

Apesar do simbolismo do vidro remeter à idéia de desnudamento e transparência, “A casa de vidro” é o mais metafórico dos contos. A modernidade do vidro carrega também uma barbárie [BENJAMIN, 1987]. A tortura não será exibida na prisão de vidro aos passantes e nem aos leitores. Ela é descrita subliminarmente, sem a riqueza de detalhes e crueza das outras cenas de violência ao longo do livro. A tortura é representada de maneira indireta, estilizada, nas palavras poéticas que seguem o princípio do reflexo jogando com o som cortante da consoante “v”. “V” de vidro, e de violência.

Transparências:

vitral vivo

vitriolo no vértice

vertigem

O ventre da filha

vislumbres

vitral decúbito

vara a vidragem

viragem

vértice vertigem

volta voltagem

ventríloquo informe

vislumbres dos idos

nos vidros e vividos

[ANGELO, 1979, p.127]

Paradoxalmente, o conto que suscitava a expectativa de ser o mais direto e *vouyer*, torna-se o mais tangencial. Isto leva a repensar: a) a hipótese inicial de que no período da “distensão” política a censura estaria se abrandando e as denúncias literárias à repressão seriam mais explícitas; b) a violência no seio da sociedade da época: não seriam as violência cotidianas, urbanas e disseminadas, um problema cujo aumento vertiginoso despertava a reflexão literária? Não estariam muito mais latentes para a maioria da população do que a censura, as prisões arbitrárias, os “desaparecimentos”?

São estas as questões que por ora guiarão a continuidade da presente pesquisa. Investigação esta que, resumidamente, busca esmiuçar as representações da *violência* n’ *A Casa de Vidro* e verificar se, e de que maneira, estão relacionadas ao contexto repressivo ou ao discurso de distensão política em que esteve inserido o autor da obra quando de sua produção.

Bibliografia

ANGELO, Ivan. *A Casa de Vidro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

BEJNAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. In: *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

DELEUZE, Gilles. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”. In: *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226. Tradução

de Peter Pál Pelbart. Disponível em: <http://www.prppg.ufes.br/ppgpsi/files/textos/Deleuze%20-%20Post%20scriptum%20sobre%20sociedades%20de%20controle.pdf>

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

_____. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

FRANCO, Renato B. *Ficção e política no Brasil: os anos 70*. 1992. Dissertação (em Teoria Literária), Universidade Estadual de Campinas.

IBGE. "População residente, por situação do domicílio – Brasil – 1940/2000". In: Tendências demográficas 2000. IBGE, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/demograficas.html>. Acessado em 20/05/2010

LUCAS, Fábio; VILLAÇA, Antonio. "O ano literário de 1979 no Brasil". In: Colóquio Letras, nº55, maio de 1980. Disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=55&p=54&o=3> acessado em 28/05/2010.

SELIGMANN-SILVA, M. Walter Benjamin: O Estado de Exceção entre o político e o estético. In: *Leituras de Walter Benjamin*. Belo Horizonte, n.1, v.1, jun de 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/benjaminianos/M%C3%A1rcio%20Seligmann-Silva.pdf>. Acessado em 10/03/2010.

_____, (org.) *História Memória Literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. (1ª reimpressão).

_____. "Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade". In: *Revista Literatura e Autoritarismo*. No. 9, Jan-jun de 2007. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num09/art_02.php. Acessado em 18/04/2010.